

Mulheres Chefes de Domicílios em Camadas Pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero*

Mary Alves Mendes^S

Palavras-chave: chefia familiar, pobreza, trabalho, relações de gênero

Resumo

O crescimento do número de mulheres responsáveis pelos domicílios, indicado nas estatísticas nacionais, mais do que representar mudança de gênero na provisão econômica familiar ou autonomia feminina indica, em se tratando de camadas pobres, a condição de vulnerabilidade de tais mulheres. Diante de tal assertiva se faz necessário conhecer alguns aspectos da vida dessas mulheres no que diz respeito a sua trajetória familiar, trabalho e relações de gênero, enfatizando nesta última as relações de poder. Toma-se como referência os dados empíricos de uma pesquisa de doutorado, em andamento, realizada em cinco áreas ZEIS do bairro da VÁRZEA, na cidade do Recife. Os depoimentos evidenciaram que a vida das mulheres chefes de domicílios, nessa camada social, é um contínuo de carências e precariedades material, intelectual e afetiva; em relação ao trabalho, estão desenvolvendo, quase sempre, atividades consideradas femininas, percebendo baixos salários, em formas precarizadas de trabalho. No que se refere às relações de gênero, na esfera doméstica, mantêm comportamentos que apontam tanto para a manutenção como para a redefinição de valores tradicionais. Há também evidências de violência doméstica.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Universidade Federal de Pernambuco.

Mulheres Chefes de Domicílios em Camadas Pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero*

Mary Alves Mendes^S

Introdução

A crescente participação das mulheres brasileiras na esfera do trabalho, mostrada em diversos estudos² torna visível uma situação cada vez mais freqüente nos dias atuais, trata-se da mudança de gênero no tocante à provisão econômica da família³. As estatísticas atuais (IBGE, 2002) revelam que 24,9% das famílias brasileiras são chefiadas⁴ por mulheres. A maior concentração está nas camadas mais pobres da sociedade, onde as condições precárias de vida, evidenciadas pelo desemprego ou subemprego dos companheiros ou a própria condição de mães solteiras, separadas ou viúvas as conduzem ao mercado de trabalho em situações que vão desde o compartilhar até responsabilizar-se sozinhas pela manutenção da casa. Infere-se, a partir dessa realidade de vulnerabilidades, que a situação das mulheres estarem responsáveis pelos domicílios se configura também como indicativo de desigualdades sociais e de gênero⁵, percebidas pelo nível de pobreza familiar⁶, divisão sexual do trabalho e formas precarizadas de trabalho em que estão inseridas.

Partindo do pressuposto *desigualdades*, como uma das referências à condição de chefia feminina, analisa-se quem são e como vivem as mulheres chefes de família em camadas pobres (favelas), a partir de três eixos temáticos: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero. Conhecer o contexto familiar, as atividades e salários que percebem como trabalhadoras, e as relações de poder que se processam no âmbito doméstico, no tocante à divisão sexual do trabalho e grau de violência doméstica, traz subsídios para se entender

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Universidade Federal de Pernambuco.

² Sobre a questão mulher e trabalho ver Abramo (2000); Hirata (2002, 2003); Rocha (2000); Bruschini (1994, 2000).

³ Sobre a questão mulheres chefes de família há uma diversidade de estudos, destaca-se aqui Barroso (1978), Macêdo (2001), Castro (1982), Berquó (2002), Carvalho (1998), Scott (2001, 2002), Mendes (2002).

⁴ O IBGE utiliza atualmente a expressão *responsável pelo domicílio* ao invés de *chefe do domicílio*, denominação que era utilizada em censos anteriores, mas que caiu em desuso desde a Constituição de 1988. Por chefe entende-se pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou família. Para maiores detalhes sobre as definições de chefe nos censos demográficos ver Berquó (2002).

⁵ Mesmo inseridas num quadro de desigualdades gerais e específicas a condição dessas mulheres de responsáveis pelos domicílios se configura também como um indicativo de empoderamento e autonomia feminina.

⁶ Faz-se referência ao nível, considerando que dentro do conjunto pobreza há diversidades que permitem identificar os mais pobres e menos pobres. As áreas ZEIS, por exemplo, é um indicativo de que se está tratando com um dos contextos mais pobres da população, no entanto, dentro desse próprio contexto é possível identificar graus maiores e menores de pobreza.

melhor o contexto de vulnerabilidade que parece se constituir como um processo contínuo nessas famílias⁷.

A apreensão dos dados deu-se através de metodologia qualitativa, com grau médio de estruturação em campo, através de roteiro semi-estruturado, aplicado às técnicas de entrevista em profundidade e observação, num universo de análise de 30 mulheres, chefes de família, residentes em áreas pobres de um bairro da cidade do Recife⁸. As mulheres, em análise, são moradoras do bairro da Várzea, localizado na zona oeste da cidade. É um bairro considerado popular⁹, possui 13 áreas pobres, dentre elas as comunidades investigadas, que também são áreas ZEIS¹⁰: Brasilit, Campo do Banco, Sítio Wanderley, Vila Arraes, Rosa Selvagem. Em geral, trata-se de comunidades muito carentes, precárias de serviço de infra-estrutura básica como saneamento, saúde, educação, segurança e lazer. Esteticamente caracterizam-se por ruas estreitas, desordenadas e cheias de becos, com moradias estruturalmente bem pobres e pequenas, algumas construídas de tijolo, muitas de maderite ou da junção plástico-maderite, sob o teto de telha tipo brasilit, canal ou mesmo lona. São áreas provenientes de invasões, onde parte dos domicílios está em localidade de risco. A violência, consumo de álcool, drogas e desemprego são pontos bastante evidentes nessas áreas.

Diante de uma realidade socioeconômica globalizada, mercado de trabalho exigente em termos de qualificação e especialização, com evidências de baixos salários, altas taxas de desemprego e ampliação do mercado informal, observa-se uma requisição cada vez mais constante de outros membros da família, aqueles não considerados tradicionalmente provedores, que são acionados para minimizar as condições de vulnerabilidade, principalmente no que se refere ao sustento da família. Nesse sentido, mulheres e crianças aparecem como elementos-chave de enfrentamento dessa situação no contexto familiar, devido a sua maior flexibilidade de inserção na esfera do trabalho, se comparada ao homem, no tocante à variedade e tipo de atividades que podem assumir, não requerendo, muitas vezes, para a sua execução maiores qualificações e exigências, pois nessas a competência passa mais pelo viés de gênero, inscrito no imaginário e na distinção concreta do que é considerado trabalho feminino e trabalho masculino (Hirata & Kergoat, 2003). É nesse emaranhado de condições e percepções que se pode averiguar a posição das mulheres de responsáveis pelos domicílios ou, em outros termos, mulheres chefes de família¹¹.

Perfil Estatístico das chefes de família em áreas ZEIS na Várzea

Tratando especificamente das mulheres chefes de família das áreas ZEIS da Várzea, os dados revelam que a maioria é de origem rural e vem do interior do próprio estado (53,33%)¹², destacando-se as mulheres separadas (50%), seguidas das que vivem

⁷ Sobre indicadores de (des)igualdades de gênero nas famílias brasileiras ver Goldani (2002).

⁸ Tomo como referência os dados empíricos de minha pesquisa de doutorado em sociologia, pela UFPE, que versa sobre essa temática.

⁹ O perfil de bairro pobre é confirmado pelas favelas ali existentes, proveniente das invasões de terras ocupada, grande parte, por pessoas oriundas do interior do Estado que se deslocam para a cidade na tentativa de melhores condições de vida. Outros indicadores como o acentuado crescimento populacional, baixa renda familiar e grande déficit de alfabetização, também o caracterizam como um bairro pobre da cidade (URB-Recife, 1997).

¹⁰ As áreas ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Sociais, conhecidas popularmente por favelas, são áreas assistidas por um Programa Municipal no que se refere à infra-estrutura básica e legalização da terra. É um modelo de gestão participativa (Prefeitura, ONGS, movimento popular), criado com a finalidade de regularizar e urbanizar essas áreas consideradas muito carentes e que, em muitos casos, se situam em área de risco.

¹¹ Chefe é a pessoa (homem ou mulher) responsável pela família. Para maiores detalhes sobre a denominação de chefe nos censos demográficos ver Berquó (2002)

¹² As mulheres provenientes do interior de outros estados é de 10%

consensualmente com os(as) companheiros(as) (43,33%), e viúvas (6,67%). A média de idade é de 40,03 anos, onde a menor e maior idade é respectivamente 28 e 59 anos¹³. No que se refere ao número de filhos a média é de 3,9 sendo a menor e maior quantidade de filhos respectivamente de 0 e 12. No tocante à adesão religiosa predomina as católicas (60%), seguidas das evangélicas (36,67%)¹⁴. A média de rendimentos é de R\$ 166,67 e a renda familiar é de R\$ 210, 67. A média de pessoas por domicílio é de 4,9 pessoas, destacando-se o arranjo domiciliar do tipo monoparental (36,67%) e nuclear (30%)¹⁵. Dentre as atividades que desempenham como forma de trabalho destaca-se as atividades de empregada doméstica (26,67%), faxineira (23,33%) e cozinheira (16,67%)¹⁶. Em relação à violência doméstica 20% das mulheres chefes sofrem atualmente agressões físicas dos companheiros, e 16,67% já sofreram, no decorrer de sua vida, abuso sexual ou tentativa de abuso. No universo pesquisado 30% das mulheres possuem companheiros que bebem. A bebida está associada, na maioria dos casos, à violência doméstica. O nível de escolaridade predominante entre elas refere-se ao ensino fundamental, sendo 46,67% equivalente ao primário incompleto e 26,67% ao ginásio incompleto. As analfabetas somam 23,33%, e com ensino médio completo 3,33%.

Os motivos que levaram essas mulheres a não terem estudado ou terem parado de estudar estão centralmente relacionado à questão do trabalho (trabalho rural, emprego doméstico, emprego em estabelecimentos comerciais, tarefas domésticas). No caso das analfabetas, o motivo estava atrelado ao trabalho rural, acoplado às justificativas de inexistência de escola na localidade e proibição do pai¹⁷. Em relação àquelas que começaram a estudar e pararam, os motivos estão associados, na maior parte das vezes, ao emprego doméstico (43,48%). Além desses, outros motivos foram elencados como justificativa de parada escolar, são eles: casamento ou união consensual (26,09%), que está vinculado à questão da gravidez e o cuidar da própria casa e filhos; problemas familiares (21,74%), que estão relacionados a conflitos e cuidar dos parentes¹⁸; e dificuldade de aprendizagem (8,69%).

Trajatória Familiar e Trabalho: um percurso de pobreza e precarização

A condição de vida atual das mulheres das camadas pobres (favelas), aqui investigadas, está, em grande parte, associada à sua origem familiar, origem de necessidades primeiras de sobrevivência, que acaba, por consequência, proporcionando baixos níveis de escolaridade e qualificação e diminuindo as chances de enfrentamento e competição diante das exigências do atual mercado de trabalho, onde o aumento do nível educacional do trabalhador é imprescindível (Pochmann, 2001).

Marcada, sobretudo, por um processo contínuo de pobreza familiar, essas mulheres desde a infância convivem com uma vida de precariedades e precarização. Aquelas de origem rural têm, particularmente, como realidade básica o trabalho rural, a falta de informação escolar e outras privações comuns a uma família camponesa pobre, que quando muito tem é a

¹³ Em termos intervalares destaca-se o intervalo de 44 a 59 anos (37%), seguido por 35 a 43 (33%), e 28 a 34 (30%).

¹⁴ As mulheres que não aderem a nenhuma religião somam 3,33%.

¹⁵ Outro tipo de arranjo domiciliar significativo é o de famílias extensas, o qual se pode subdividi-lo em dois micro-arranjos: monoparental extenso, composto de mãe, filhos, parentes (20%); e nuclear extenso, composto de mãe, pai, filhos, parentes (13,33%). Em geral, o arranjo família extensa representa 33,13%.

¹⁶ As outras atividades que apareceram foi lavadeira (13,33%), vendedora ambulante (13,33%), catadora de lixo (3,33%) e pensionista (3,33%).

¹⁷ receio dos estudos provocarem um despertar para o namoro (aprender a fazer carta) e um deslocamento para a cidade diminuindo, assim, a mão de obra familiar.

¹⁸ desentendimentos com os pais, devido às cobranças e alegações a respeito do peso das despesas escolares no orçamento familiar, e a impossibilidade de freqüentar a escola para cuidar de um parente.

propriedade da terra como moradia e sustento, e em situações mais difíceis nem o local de moradia como propriedade, porque vivem na condição de caseiros, uma espécie de sistema de repartição de bens e obrigação de trabalho junto aos donos da terra. Os pais, em sua maioria, são analfabetos e a família é numerosa¹⁹. Para as mulheres de origem urbana a situação de precariedades é relativamente semelhante, pois geralmente estão habitando áreas faveladas, vivendo em barracos minúsculos, quase sem nenhuma estrutura básica de saneamento, grande contingente domiciliar de desempregados, sobrevivendo de biscates, grandes incidências de gravidez na adolescência conflitos e dependência química entre os membros da família. Essas mulheres, na sua maioria, estão trabalhando como domésticas e faxineiras. Em seus primeiros trabalhos, ao contrário daquelas de origem rural, não dormiam no emprego, mas igualmente a elas não recebiam salário mínimo e nem tinham carteira de trabalho assinada.

No contexto rural é comum o anseio dos filhos de irem para a capital em busca de melhores condições de vida e trabalho, nessa perspectiva de transferência de futuro as filhas são as mais requisitadas, visto que os filhos comumente são considerados o braço direito do pai ou o seu substituto no trabalho rural, sendo mais conveniente a sua estadia na localidade de origem. No caso das filhas, a permissão de ida para a capital, ainda criança e adolescente, tem como objetivo primeiro a possibilidade de ajuda financeira à família atuando como empregadas domésticas e babás, trabalho adquirido através de referências e indicações do ciclo de amizades. É o começo de uma nova fase de vida, fase em que têm que se adaptar aos novos costumes e formas de vida na cidade: “na roça é tudo diferente daqui, porque no interior é panela de barro e aqui é tudo de louça, alumínio, era tudo muito estranho, estranho mesmo, mas aí a mulher foi me ensinando” (VSS). A casa dos patrões passa a ser a sua própria casa e referência, trabalham e dormem no emprego, o que implica uma carga maior de tarefas: “eu dormia lá, quando eles chegavam tarde eu tinha que me levantar pra esquentar comida”(NPS)

Como trabalhadoras instaladas na capital, geralmente não gozam dos direitos trabalhistas, recebem baixos salários que, dependendo da idade e conhecimento, é entregue diretamente à família, outras vezes nem salário recebem, trabalham basicamente pela alimentação e roupa, situação considerada boa se comparada à vida de fome de antes: “foi minha irmã que arrumou. Não pagava salário não, era só um agrado, era só uma coisinha pouca, mas a vista do que eu vivia lá” (MAM). A relação com o estudo nem sempre foi satisfatória e harmoniosa, muitas não prosseguiram por não conseguir conciliar os estudos com a labuta diária dos serviços domésticos. Sem falar que para alguns patrões o estudo não era bem visto, uma vez que este as tornava indisponíveis integralmente ao trabalho: “naquele tempo ninguém não queria saber de empregada estudar não, empregada era escravo” (NPS). Para outros patrões, permitir os estudos era dar oportunidade a elas que não tiveram chance na vida, é contribuir para um futuro melhor daquela profissional, ainda que isso implique, ao longo do tempo, um desvencilhamento da família aonde trabalha: “houve incentivo dela, assim, quando eu disse que tava querendo estudar ela disse, é, vá mesmo” (MAM). Em geral, as patroas são vistas pelas entrevistadas de forma paradoxal, ora como pessoas ruins, principalmente no caso do trabalho infantil, em que ficava mais evidente os maltratos e humilhações, ora como fadas madrinhas, que as ajudam nos momentos mais difíceis das suas vidas, servindo muitas vezes de conselheiras, fonte de desabafo e ajuda material percebida, por exemplo, na compra da casa própria, na retirada de um eletrodoméstico na loja, na doação de alimentos, móveis e roupas usadas.

¹⁹ No caso das mulheres de origem urbana observa-se também a incidência de pais analfabetos com ocupações incertas no mercado informal, e família numerosa.

“eu tinha 11 anos quando eu fui pra casa dela, no começo era tudo legal, me dava roupa, me dava tudo, depois quando eu fazia as coisa errado, menina do interior não sabe fazer as coisa direito, não é? Eu me lembro de uma vez que ela pegou, só porque eu calcei o sapato da filha errado, ela pegou e meteu o sapato na minha cabeça” (MVS)

“tudo que eu tenho aqui foi ela que me deu, geladeira, rack, fogão televisão. É uma mãe pra mim, ela me ajudou a criar o resto dos meus filhos ... se eu tô sem feira, uma coisa, ela me dá feira, ele me dá roupa” (MJS)

Nesse novo contexto de trabalho e de vida que continua sendo de restrições, no que se refere à privacidade e tratamento pessoal, somado à interação que elas já possuem com a rede de vizinhança e amizade, surge não só o anseio de maior liberdade e autonomia, mas o desejo de livrar-se dos maltratos sofridos, realidade vivida por algumas. Nesse momento entra em ação o desejo de constituir família, de cuidar da própria casa e filhos. Sem muito conhecimento sobre sua sexualidade acabam engravidando, o que as vezes pode acontecer intencionalmente como um indicativo mais seguro de união e formação da família.

A gravidez torna-se um dos empecilhos para o não prosseguimento dos estudos: “eu parei porque perdi a cabeça, né, muito nova fiquei logo grávida, fiquei com o pai dos menino, aí pronto, não me interessei mais em fazer” (QS). É um aspecto de destaque no percurso de vida dessas mulheres (rurais e urbanas), a gravidez na adolescência, um ponto de grande incidência e que pode ser visto sob diversos ângulos: falta de conhecimento sobre a própria sexualidade, forma de infringir e libertar-se de uma criação austera, expectativa de mudança de vida e trabalho. A gravidez ao tempo que gera conflitos familiares (expulsão, desentendimentos, humilhações) e sobrecarga financeira (aumento das despesas), gera também um estreitamento dos laços de solidariedade e união na família (preparativos e cuidados). Além da expectativa de formação da própria família, ser mãe pode significar uma busca de autonomia, liberdade e responsabilidade, uma requisição de entrada no mundo dos adultos (Scott, 2001).

A requisição para trabalhar, principalmente no caso das mães solteiras, passa a ser a um só tempo elemento de cobrança dos parentes e forma de reparação da atitude impensada e onerosa, ao tempo que se constitui em ponto de favorecimento de respeito, responsabilidade e autonomia. Observa-se que o trabalho é imprescindível como forma primeira de sobrevivência na vida de pobreza dessas mulheres que nas suas trajetórias de vida estão desde crianças trabalhando, seja para se auto sustentar, ajudar a manter ou manter integralmente a família de origem e a própria família, com a presença ou não dos companheiros no domicílio, eles que no quadro geral de flexibilidade, especialização e qualificação do mundo do trabalho vai demarcando cada vez mais um lugar como desempregado (Antunes, 2001; Bresciani, 1994).

O fato de trabalhar não constitui um problema, em si, porém se esse trabalho acontece na infância, sobrecarrega e torna-se obstáculo aos estudos da criança, ele é denominado trabalho infantil e se constitui em problema social, fato que aconteceu na infância da maioria das mulheres investigadas. Mesmo depois de adultas, a história de trabalho em suas vidas não se processou a contento, situação que continua até os dias atuais. Os dados revelam que as entrevistadas, ao longo do tempo, vem assumindo ocupações consideradas femininas (empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras, cozinheira), ocupações menos valorizadas no mercado de trabalho, sem carteira assinada e salário mínimo, ou seja, encontram-se no mercado informal e em formas precarizadas de trabalho (Abramo, 2000). Mudar essa história não parece ser tarefa fácil, pelo menos em curto prazo, visto que o nível educacional e grau de

especialização, requisições fundamentais para o trabalhador no atual mercado, são baixos ou praticamente não existem para essas mulheres que já se encontram na idade adulta.

Relações de Gênero: desigualdades, discriminações e relações de poder

No que diz respeito às relações de gênero observa-se, no contexto pesquisado, a presença de desigualdades e discriminações de gênero, sofridas por essas mulheres através da divisão sexual do trabalho e violência doméstica, mas há também a presença de poder feminino, adquirido pela própria condição de provedoras da família e pelas estratégias femininas cotidianas que evidenciam poder de decisão e autonomia. Pode-se dizer que a situação das chefes de família nessa camada social remete tanto a uma vitimização, pelas discriminações e desigualdades sofridas, quanto empoderamento, pelas estratégias de micro poderes presentes no cotidiano.

Há uma visível desigualdade entre as mulheres e seus companheiros na esfera doméstica quando se refere à divisão sexual do trabalho. Além de estarem assumindo o sustento da família, seja compartilhando a renda com o parceiro ou encarregadas sozinhas pela sua manutenção, elas continuam sendo responsáveis pelos cuidados com a casa e filhos. Questões como educação, alimentação e saúde dos filhos e os afazeres domésticos associados à casa ainda estão sob sua responsabilidade. A ajuda dos companheiros praticamente não existe, são poucos os casos elencados da ajuda masculina em relação aos filhos e a casa, e quando essa se apresenta é de forma ínfima.

“ficava muito difícil porque geralmente eu tinha que fazer tudo à noite, comida, roupa, ele não ajudava em nada, nem em retirar o prato na mesa que ele comia. Aí começou a complicar, ele não queria trabalhar e não queria ajudar na educação dos meninos. Eu tinha que sair de manhã e chegar à noite e quando eu chegava à noite só encontrava problema” (LP)

Isso, de certa forma, é corroborado por parte das mulheres, que apesar de acharem que os companheiros e os filhos têm que ajudar nas tarefas domésticas, reconhecem que eles devem fazer na ausência da mulher, além do que determinadas tarefas não cabem aos homens fazer como, por exemplo, lavar roupa: “se a mulher está na rua o homem tem que saber fazer essas coisas” (SMS); “os homens não vão fazer se tem duas mulheres em casa” (MDC). Acabam, assim, sustentando uma socialização que naturaliza as diferenças e desigualdades de gênero. Tal forma de socialização é evidente na criação dos filhos, onde comumente as mães estão ensinando e responsabilizando as filhas para serem uma extensão sua e os filhos uma extensão do pai (Bourdieu, 1999).

Estar responsável pela manutenção econômica da família e cuidados com a casa e filhos traz uma grande sobrecarga de trabalho para essas mulheres e compromete, em parte, a sua saúde. Observou-se, através de alguns relatos, queixas de doenças, dores e confirmação de ingestão diária de remédios controlados (pressão e depressão). A sobrecarga de trabalho somado aos ganhos irrisórios, que são direcionados basicamente para a alimentação, as impossibilitam de formas diversificadas de lazer. A diversão se limita à televisão e conversa com vizinhos, quando evangélicas os grupos de orações e os cultos tornam-se não só uma forma de lazer e relaxamento, mas uma forma de redirecionamento de vida e comportamento, principalmente no que se refere aos relacionamentos conjugais.

A adesão a uma religião, funciona como uma válvula escapatória dos problemas cotidianos, uma espécie de conformação, esperança e solução para problemas considerados difíceis e mesmo impossíveis. A escolha, em particular, por uma denominação religiosa do tipo evangélica, que se mostra na prática e discurso muito mais rigorosa que a católica, significa para o adepto aceitar uma mudança radical de comportamento, reconhecer que a vida de antes não era correta e por extensão quem participava dela, o companheiro que fizesse

parte dessa vida anterior era uma espécie de desvio, encaminhamento para o mal, para algo que Deus não se agrada. Observa-se que a direção e rumo (começo e fim) dos relacionamentos afetivos é em parte conduzido, explicado e orientado pela religião. Aderir é estar no caminho certo, estar com Deus, é passar por “provas de fogo”, ter sensibilidade para perceber o “vaso do senhor”, mostrando o caminho e as pessoas que devem ser evitados e os que devem ser seguidos e mantidos.

“depois que eu comecei a colocar Deus na minha frente e deixar o home de lado, Deus tirou todo ciúme de dentro de mim, tirou ira, tirou rancor, tirou ódio, essas coisas. Aí eu consegui superar a separação” (SC)

No tocante à sexualidade os relatos mostram que quando iniciaram suas atividades sexuais não tinham conhecimento do próprio corpo e nem informações sobre métodos contraceptivos, o que torna, muitas vezes inevitável a gravidez, que como já foi mencionado anteriormente pode significar também um desejo de mudança de vida. Os companheiros, geralmente, são pessoas que conheceram nas proximidades do local de trabalho ou em festas com amigas, eles possuem pouco ou nenhum estudo, a grande maioria atua como trabalhadores na informalidade, alguns com ocupações mais ou menos certas, outros com ocupações e salários incertos, na condição de biscateiros, e outros na situação mesmo de desempregados. As declarações sobre a vida íntima são sucintas, mas reveladoras de situações associadas ao desrespeito e desprezo. A violência doméstica atravessa o percurso de vida dessas mulheres como um todo, ela está presente tanto na infância como na vida adulta: “ele voava em cima de mim. Uma vez eu tava grávida com cinco meses, ele me empurrou no pé de coco, assim, tanto que isso aqui meu ficou horrível, ainda hoje tenho a cicatriz” (FS).

É comum em suas trajetórias de vida terem tido mais de uma união, em média oscilam em torno de três. As uniões tem uma existência relativamente curta, mas há uma duração maior na primeira. Nas uniões seguintes à primeira, existe uma menor tolerância das mulheres em relação aos seus companheiros (Scott,1990). As uniões, de forma geral, são caracterizadas por constantes desentendimentos verbais, alegações e agressões físicas, muitas delas se tornam públicas e tem a interferência de parentes e vizinhos. As separações se dão, geralmente, por traição, bebida e violência, no entanto há um número significativo de mulheres que sofrem violência doméstica e continuam com os seus companheiros, a alegação é de que eles só praticam atos violentos quando estão embriagados e que não se separam porque não têm para onde ir com os filhos, se resolvem sair de casa eles vão atrás, podendo aumentar o grau de violência já instalado: “a minha família é tudo pobrezinha, não pode nem dizer assim, vem com esses meninos pra qui. Se eu tivesse uma casa eu saía...mas eu tenho medo que ele é muito violento” (CJB)

As recordações da infância, em geral, não são boas, remete a uma vida familiar de conflitos, agressões e carências diversas. Alguns relatos mostram a existência de abuso ou tentativa de abuso sexual e agressões físicas quando eram crianças. Os responsáveis por tais atos eram pessoas da sua convivência diária, como pai, padrasto, vizinhos, tio, mãe, patroa:

“foi com oito anos que ele começou a abusar de mim...minha mãe tinha saído pra fazer feira...ele chegou queimado e disse, venha aqui que eu quero que você tire minha bota, aí ele deitou na cama e eu inocente, era pequena, comecei a tirar a bota dele, depois eu só ouvi ele dizendo deita aí que eu quero fazer uma coisa com você...aí eu peguei e me deitei e ele foi logo tirando a roupa dele e tentando tirar a minha, e eu querendo gritar...mas ele conseguiu, chegou a sangrar” (MVS)

Apesar da forte presença de elementos associados a desigualdades e discriminações é possível se falar da presença de poder feminino nesse contexto. A condição de trabalhadoras e provedoras as tornam portadoras de certa autonomia e poder na esfera familiar, trata-se de micro poderes (Foucault,1997) revelados nas estratégias cotidianas junto aos membros da família: “eu é que enfrento tudo em casa, sou eu pra tudo aqui, é uma luta dura, visse sá menina” (CJAB). Chama-se atenção ao fato de haver, no universo de análise pesquisado, atitudes femininas que revelam comportamentos considerados tradicionais e também não tradicionais no que se refere às relações de gênero:

“eu não me acho dona de casa, eu me sinto dono da casa, eu exerço a função do homem. Eu vou falar agora como um homem, se a mulher pensasse como é difícil ganhar, ela economizava tudo em casa” (MDC)

“a gente não pode fazer nada, não pode ir pra canto nenhum, agora eles pode fazer tudo, eles são o bonzão. Só que eu acho errado, eles não pode ficar mandando na gente que nem nosso pai não. Eu sou mulher dele, mas não sou escrava não, o tempo de escrava já passou. Eu digo é muito pra essa daqui pra ela não pensar em homem, ela tem que estudar e trabalhar” (JHC)

Considerações Finais

A crescente participação feminina nos espaços públicos, tradicionalmente destinados aos homens revela uma história de lutas, reivindicações e emancipação feminina, principalmente no que se refere à esfera do trabalho, onde se pode verificar mudanças de outras situações tradicionais destinadas às mulheres como o casamento enquanto forma única de futuro, proteção econômica e amparo de vida. É inegável a mudança de comportamento feminino ao longo de décadas, que teve como pedra angular o movimento feminista que trouxe reflexos sociais em várias instâncias, mas principalmente na família e papéis atribuídos aos gêneros. No entanto, se faz necessário considerar que não se pode falar de uma categoria única e homogênea “mulher”, mas da categoria “mulheres”, o que de certa forma implica vários elementos aí embutidos como cultura, geração, cor, religião, classe social. Partindo desse pressuposto, fica evidente que, por consequência, a análise também não é única e homogênea, mas plural e, sobretudo, contextual. Sendo assim, pode-se auferir que a condição das mulheres de provedoras e de chefes de família não significa a priori uma questão de emancipação feminina, vista como algo dado diante mão, é preciso considerar suas particularidades e uma variedade de elementos que permeiam essa situação. Os dados revelam que o entendimento da condição atual das mulheres de chefes de família em camadas pobres, está associado, em parte, à origem familiar e a condição de pobreza em que estão inseridas essas mulheres desde a infância. Observa-se que a condição socioeconômica da família de origem se torna um indicativo de restrições, obstáculos e carências que acabam, por sua vez, direcionando caminhos e escolhas. É nesse contexto que se faz presente, por exemplo, a obrigatoriedade do trabalho em detrimento do estudo.

O trabalho se constitui um elemento primeiro de sobrevivência para essas mulheres e suas famílias. É em torno do trabalho que se processam suas trajetórias de vida. Mas há que se ressaltar que nem sempre esse trabalho tem um sentido de dignidade e valorização da auto-estima, muitas vezes ele remete a uma prática de desrespeito humano, no caso do trabalho infantil, outras vezes é sinônimo de humilhações e precarização, como o trabalho informal, sem proteção trabalhista e ganhos irrisórios e incertos. O que, por outro lado, não significa dizer que inserir-se no trabalho como um motivo primeiro e urgente de sobrevivência, não

traga autonomia e poder. O que se está querendo dizer é que a condição dessas mulheres de estarem sendo chefes de família, está fortemente atrelada às suas condições de vida, podendo também ser um indicativo do aumento do nível de pobreza dessas famílias, que requisitam mulheres e crianças como forma de enfrentamento da crise de desemprego na sociedade brasileira. Além das desigualdades sociais, aquelas de caráter mais geral, há que se considerar a presença de desigualdades específicas de gênero, aquelas relativas à divisão sexual do trabalho que acaba gerando sobrecarga e doenças, e a questão da discriminação de gênero que aparece sob a forma de violência doméstica.

Em geral, são mulheres chefes de família pesquisadas são mulheres com histórias de vida sofridas, que não tiveram uma boa infância, sempre conviveram com uma vida intensa de trabalho, pouco estudo e lazer, mas boas relações de vizinhança e redes de apoio. Mesmo considerando o contexto de pobreza e desigualdades como fortes indicativos de entendimento da condição de chefia feminina, aspectos esses explorados nessa discussão em particular, há que se considerar também que o entendimento da questão vai além desses aspectos aqui enfatizados e explorados, a questão perpassa uma pluralidade e complexidade de categorias de análise que não foram analisado exaustivamente na discussão específica desse texto cujo objetivo era centrar-se nas categorias desigualdades e pobreza.

Referência Bibliográfica

ABRAMO, Laís. A Situação da Mulher Latino-Americana. In: *Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4ª edição, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

BARROSO, Carmem. *Sozinhas ou Mal Acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família*. Campos do Jordão: ABEP, 1978, Volume I.

BERQUÓ, Elza. *Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil*. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. RJ: Bertrand Brasil, 1999.

BRESCIANI, Luis Paulo. Flexibilidade e Reestruturação Produtiva: o trabalho na encruzilhada. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, 1997. v 11, nº 1, jan-mar.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. In.: *Revista Estudos Feministas*. Número Especial. out./1994.

_____. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARVALHO, Luiza M.S. Santos. A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar. In.: *Revista Estudos Feministas*. RJ: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, vol.6 nº 1, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. *Mulher Pobre Chefe de Família: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão?* Vitória: ABEP, 1982, Volume I

FOUCALT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1997.

GOLDANI, Ana Maria. Famílias e Gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In.: *Textos Didáticos*. Campinas-SP: IFCH/UNICAMP, nº 48, novembro de 2002.

HIRATA, Helena (org.) *Nova Divisão Sexual do Trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena & MARUANI, Margaret (orgs.) *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (org.); São Paulo: Editora Senac, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Céli Regina. *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2001.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, XIII, 2002, Ouro Preto. Anais. Ouro Preto: ABEP 2002, p. 1-13.1CD-ROM.

POCHMANN, Marcio. *O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

SCOTT, Russell Parry. O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: (73) 38-47, maio, 1990.

SCOTT, Russell Parry. *Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas*. III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas. Itu, 13-16 de março de 2001.

SCOTT, Russell Parry (coord.) et alli. Levantamento Bibliográfico sobre Mulheres Chefes de Família: os estudos apresentados na ABEP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, XIII, 2002, Ouro Preto. Anais. Ouro Preto: ABEP 2002.